



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO ESTADO DE RORAIMA

LAURINETE RODRIGUES DA SILVA¹

SARAH LETÍCIA LEONEL DA SILVA²

RESUMO

Este estudo analisa o processo de formação profissional em Serviço Social em Roraima, a partir da construção sócio-histórica da região e as demandas que evidenciaram a emergência do curso de graduação em serviço social. Destaca-se a constituição do estado de Roraima em seu contexto territorial e político e as demandas que evidenciaram a necessidade da formação profissional. Apresenta-se a criação dos primeiros cursos de bacharelado em Serviço Social estado e suas propostas de formação. A pesquisa, de caráter qualitativo, fundamentou-se num levantamento bibliográfico e documental, pautando-se em uma perspectiva histórico-crítica. Verificou-se que existem 20 Instituições que ofertam o curso de Serviço Social em Roraima: 01 na modalidade presencial e 19 são EAD. Neste sentido, evidenciou-se a predominância do ensino à distância na formação profissional em Serviço Social em Roraima.

Palavras-chave: Serviço Social; Formação Profissional; Roraima.

RESUMEN

Este estudio analiza el proceso de formación profesional en Trabajo Social en Roraima, a partir de la construcción sociohistórica de la región y las demandas que resaltaron el surgimiento de la carrera de pregrado en trabajo social. La constitución del estado de Roraima se destaca por su contexto territorial y político y las demandas que resaltaron la necesidad de formación profesional. Se presenta la creación de las primeras licenciaturas en Trabajo Social del Estado y sus propuestas de formación. La investigación, de carácter cualitativo, se basó en un levantamiento bibliográfico y documental, sustentado en una perspectiva histórico-crítica. Se encontró que existen 20 instituciones que ofrecen el curso de Servicio Social en Roraima: 01 de forma presencial y 19 son EAD. En este sentido, se evidenció el predominio de la educación a distancia en la formación

¹ Universidade Estadual de Roraima

² Universidade Estadual de Roraima

profissional en Trabajo Social en Roraima.

Palavras-clave: Servicio social; formación profesional; Roraima.

encontró que existen 20 instituciones que ofrecen el curso de Servicio Social en Roraima: 01 de forma presencial y 19 son EAD. En este sentido, se evidenció el predominio de la educación a distancia en la formación profesional en Trabajo Social en Roraima.

Palavras-clave: Servicio social; formación profesional; Roraima.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma análise sobre a formação profissional em Serviço Social no estado de Roraima, observando-se as particularidades dos marcos sócio-históricos da região e o contexto social que evidencia a emergência do Serviço Social e a demanda da formação profissional no estado.

Parte dos resultados apresentados resultam da pesquisa "O PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO ESTADO DE RORAIMA: a implementação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS nos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social das IES localizadas em Boa Vista-RR", aprovado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do CNPq/UERR³ e desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Políticas Públicas⁴ (GPESSPP).

Diante da importância de se construir referencial acadêmico-científico acerca da formação profissional em Serviço Social no estado de Roraima, tendo em vista a escassa produção sobre esse aspecto, a proposta global da pesquisa se pautou nos seguintes objetivos específicos: 1) estudar a trajetória de constituição do estado de Roraima, apontando os elementos que evidenciam as demandas sociais para a emergência do Serviço Social; 2) compreender o processo de criação dos cursos de bacharelado em Serviço Social no estado de Roraima 3) analisar os elementos que compõem o processo de formação profissional em Serviço Social nas IES em Roraima.

Para alcançar os objetivos propostos buscamos desenvolver uma pesquisa qualitativa

³ Pesquisa desenvolvida com bolsa de iniciação científica do PIBIC/CNPq.

⁴ O Grupo de Pesquisa e Extensão em Serviço Social é vinculado ao Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Estadual de Roraima.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

através de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica se referenciou em autores e estudos que apontam os aspectos e características que constituem o contexto social, econômico e político do estado de Roraima. A pesquisa documental fundamentou-se na análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) de duas IES que ofertam o bacharelado em Serviço Social em Roraima. Além disso, realizamos um mapeamento no site do Ministério da Educação sobre as Instituições ativas que dispõem de vagas para bacharelado em Serviço Social em Roraima.

A pesquisa realizada contribuiu na sistematização do trabalho de conclusão de curso e neste artigo, no qual apresentamos inicialmente o item “A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO ESTADO DE RORAIMA: demandas para a formação profissional em Serviço Social”, no qual realiza-se breve resgate referente a constituição do estado de Roraima, suas especificidades e as demandas que evidenciaram a necessidade da formação profissional em Serviço Social. Em seguida, no item “A CRIAÇÃO DOS CURSOS DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL NO ESTADO DE RORAIMA”, abordamos a criação dos cursos de Serviço Social no estado e suas propostas de formação.

Nas considerações finais, evidenciamos que o estudo possibilitou a compressão do surgimento da formação profissional em Serviço Social no estado de Roraima, apresentando o entendimento das demandas existentes no estado que desencadearam a necessidade da e do profissional Assistente Social, sinalizando a emergência do Serviço Social no cenário amazônico e mais especificamente no estado de Roraima.

No tocante a formação profissional em Serviço Social no estado de Roraima, observou-se que atualmente o curso só é ofertado na modalidade presencial em uma IES, pública, e que as demais ofertas são de Instituições de educação à distância, evidenciando a predominância de cursos de Serviço Social nessa modalidade de ensino no estado. Por fim, esperamos que os resultados sistematizados contribuam para o acúmulo de conhecimento na área de serviço social no estado de Roraima.

A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO ESTADO DE RORAIMA: demandas para a formação profissional em Serviço Social

O estado de Roraima foi criado com o advento da promulgação da Constituição Federal de 1988, conforme o Artigo 14 das Disposições Transitórias. A partir de então, o chamado Território



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Federal de Roraima passou a compor uma das 27 unidades federativas do Brasil, sendo reconhecido como um estado brasileiro.

Localizado na Região Norte, no ponto mais setentrional do país na Serra do Caburaí, Roraima é um dos estados brasileiros que integram a Amazônia Legal. Faz fronteira com os estados de Amazonas e Pará, além de fronteira internacional direta com os países República Bolivariana da Venezuela e República Cooperativa da Guiana (SANTOS, 2019, p. 1517).

Sua composição é integrada por 15 municípios, divididos em mesorregiões e microrregiões.

A mesorregião norte é composta pelos municípios da microrregião de Boa Vista: Alto Alegre, Amajari, Boa Vista, Pacaraima; e da microrregião Nordeste de Roraima: Bonfim, Cantá, Normandia e Uiramutã. Já a Mesorregião Sul é composta pelos municípios da microrregião de Caracaraí: Caracaraí, Iracema e Mucajaí; e da microrregião Sudeste de Roraima: Caroebe, Rorainópolis, São João da Baliza e São Luiz do Anauá (SILVA, 2019, p. 33).

A trajetória da constituição do estado de Roraima passa, em sua estrutura sócio-histórica, por conflitos territoriais ocasionados pela expropriação de terras indígenas desde o período colonial. Isso significa que muito antes de se tornar Território Federal e posteriormente estado Federativo, ainda quando Roraima era o Vale do Rio Branco, existiram “disputas entre diferentes nações europeias e, entre estas, e os povos indígenas que viviam dispersos por todo o vale” (SILVA, 2019, p. 33).

Os povos indígenas, em todo Território Nacional, desde o período colonial, vivenciam a linha de frente de conflitos pela terra, conflitos que configuram a questão social na região Norte do país ocasionada pelos constantes interesses do capital em se apropriar das riquezas contidas na Amazônia Legal. No Vale do Rio Branco, não foi diferente do restante do país, na metade do século XVIII, a relação indígena com os grupos externos acarretou uma luta não somente territorial, mas sociocultural que se perpetua até a atualidade. Conforme Oliveira (2003 *apud* SILVA, 2019, p. 42) os conflitos territorial e sociocultural caracterizam,

De um lado a perspectiva indígena, a qual considera que o lugar da unidade habitacional seguia o ciclo da natureza, e a “inter-relação entre os seres vivos e o ambiente”. Do outro, a perspectiva do colonizador, vinculada a ideia de delimitação e posse do espaço físico para fixação, exploração e usufruto particulares (Oliveira, 2003 *apud* SILVA, 2019, p. 42).

Desde então, apesar da transição do Brasil Colônia (1500-1822) ao Brasil Imperial (1822-1889), essa relação entre povos indígenas e fazendeiros, se configura conforme Silva (2019), como a expansão “do modo de produção capitalista na região”, em decorrência da invasão portuguesa e do uso de força e coerção para submeter os povos indígenas a um sistema de

escravidão (SILVA, 2019, p. 48).

Em 1890, o Vale do Rio Branco, passou a ser chamado de Boa Vista do Rio Branco e recebeu o status de município e autonomia administrativa. Tornou-se um ponto de apoio para garantir os interesses de fazendeiros que buscavam posse territorial na região (SILVA, 2019, p. 49). Isso acarretou em uma disposição legal que favoreceu a constituição de grandes fazendas, visto que “as Constituições brasileiras desde o Império trataram de limitar o acesso à terra devoluta” (OLIVEIRA *apud* SILVA, 2019, p. 49), o que mais uma vez representou o conflito de terras e evidenciou os interesses capitalistas de dominação.

Posteriormente, em meados da década de 1930, uma nova atividade na região do Rio Branco ganha força, a atividade mineradora passa a representar um novo ciclo econômico. Isso resultou em uma forte onda migratória para o Território Federal, o que provocou um crescimento populacional acelerado. Segundo Barbosa (1993), nesse momento, a população de Boa Vista estimava cerca de 10.509 habitantes, não incluindo neste número os povos indígenas.

Vale destacar que o processo de migração se passou em um período específico, quando o Estado Brasileiro se encontrava em reorganização territorial e administrativa, de 1920 até o início de 1940. A proposta de reorganização levava como prioridade a ocupação efetiva das terras, através da efetivação de projetos de colonização pelo Estado, em especial na Amazônia, território de grande interesse internacional por conta de suas vastas riquezas. Esse interesse, vindo do Governo Federal, no contexto do Estado Novo era reflexo da crise internacional provocada pela II Guerra Mundial (OLIVEIRA *apud* SILVA, 2019, p. 54). Era necessário aumentar a densidade demográfica da região, pois havia o temor de ocupação internacional da região Amazônica.

A partir de então, como Território Federal, Roraima viveu mudanças relacionadas à ocupação da terra e densidade demográfica. O governo nacional criou projetos de colonização com a finalidade de promover a ocupação coordenada do solo. Silva (2019) evidencia que,

esse processo de colonização se seguirá até os anos da Ditadura Militar, quando começam a ser construídas as BR 174 e BR 210. O fato é que tal processo mudará a paisagem rural do Território Federal, que antes era ocupado sobretudo pela população indígena, dispersa por todo o vale do rio Branco, e que no século XX, a partir dos programas de colonização passa a ser ocupada por trabalhadores camponeses, principalmente ao longo das rodovias (SILVA, 2019, p. 56).

Esse processo de ocupação do solo, coordenado pelo Estado brasileiro a partir de programas de colonização, promoveu forte pressão nos povos indígenas residentes no território Federal de Roraima, visto que o Governo Federal também passou a construir estradas, que influenciaram a chegada de fazendeiros do sul do país ao Território.

Destacando a atividade mineradora como ponto principal para a crescente migração em decorrência de propaganda federal, Santos (2004) e Costa (1993) explicitam que tal atividade se fortifica com a criação de estratégias como o caso do Programa POLAMAZÔNIA, proposta do Governo Federal em 1974, com finalidade de criar uma estrutura para a exploração mineral em um nível elevado.

Santos (2019) enfatiza que a população roraimense foi construída principalmente por três fatores principais, que são eles: os programas federais de distribuição de terras na Amazônia, que acarretou na chegada de agricultores a região; o fluxo migratório nos anos de 1980, com a promessa do garimpo, também conhecida pela corrida do ouro; e a migração influenciada por governantes nos anos 1990, que trouxe grande número de imigrantes em busca de terra e oportunidades de emprego, esses advindos em grande parte da região Nordeste do Brasil (SANTOS, 2019, p. 1520).

Todos esses acontecimentos evidenciam o processo de expansão capitalista, onde a disputa territorial emerge em interesses de exploração das riquezas naturais, mas também da apropriação de territórios indígenas que geraram conflitos entre indígenas e migrantes fazendeiros.

Contudo, a década de 1980, também representa um momento de organização dos povos indígenas no Território Federal, Silva (2019) esclarece que:

A expropriação histórica vivida por esses povos no vale do rio Branco e o acirramento deste processo com a implementação dos grandes projetos econômicos da Ditadura Militar, assim como os constantes conflitos com fazendeiros, pecuaristas e mineradores, mobilizaram as diferentes etnias a reivindicarem seus territórios e melhores condições de vida ao Estado brasileiro. Neste processo, a organização política dos indígenas em nível nacional e a contribuição de instituições vinculadas à Igreja Católica no Território Federal motivaram a resistência e o fortalecimento da identidade indígena em nível local (SILVA, 2019, p. 67).

Observa-se nessa fase, a crescente força da organização indígena que levantou-se e fez frente em defesa da posse e do uso da terra principalmente a partir de 1987, ano em que aconteceu a primeira Assembleia dos Tuxauas, evento que estabeleceu a criação do antigo Conselho Indígena do Território Federal de Roraima – CINTER, hoje nomeado Conselho Indígena de Roraima – CIR que transformou-se na maior organização indígena de Roraima; esses processos representaram a consolidação do movimento de organização política pelos povos indígenas de Roraima (SILVA, 2019, p. 67).

Em paralelo, como abordado brevemente no início deste tópico, em 1988 a promulgação da Constituição Federal transformou mais uma vez o cenário do antigo Território Federal, agora

estado de Roraima. Além dessa transformação, a demarcação das terras indígenas representou um grande marco na luta pelo direito à terra, onde se definiu no artigo 67, que “a União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição” (BRASIL, 1988, p. 160).

Contudo, além da demarcação ainda ser uma disputa de poder que não garantiu justamente as terras de direito indígena, a luta pelo território se perpetua diante dos interesses antagônicos existentes advindos do processo de acumulação, visto que até os dias de hoje o garimpo ilegal adentra as comunidades indígenas promovendo genocídio de diversas etnias, pela busca do ouro.

Atualmente no estado, todos os garimpos existentes se encontram dentro de terras indígenas e correspondem a uma atividade ilegal; segundo matéria publicada no site 25 de março de 2021 pelo site “Instituto Socioambiental”, portal de notícias e acervo digital sobre povos indígenas, o garimpo ilegal já adentrou mais de 30% da terra indígena Yanomani desde 2020, promovendo o desmatamento de 500 hectares de floresta (BIASETTO, 2021).

Recentemente no estado de Roraima, uma série de conflitos entre indígenas e garimpeiros vem eclodindo, esses conflitos vem acontecendo por conta da imposição dos garimpeiros em explorar os territórios das comunidades, esses comportamentos vem se tornando mais frequentes principalmente após promessa de legalização dessa atividade por parte do Governo Bolsonaro através do Projeto de Lei 191/2021 (RAQUEL, 2021).

A década de 1990, apesar de representar transformações no cenário governamental de Roraima com a instauração de um Governo estadual, não foi marcada por mudanças na forma de gerir o estado. Segundo Santos (2019),

o cenário político estadual mostrava, ainda, a permanência de um Brasil arcaico, cujo povo, excluído de maior participação social nas esferas econômica e política, ficava sempre esperando os líderes que controlavam e usufruíam os benefícios do poder público estadual (SANTOS, 2019, p. 1520).

A estrutura política de Roraima foi construída num cenário clientelista e paternalista, onde o domínio eleitoral vinha de políticos advindos de outras regiões, principalmente do Nordeste. Eles chegavam no estado unicamente para concorrer aos cargos de Deputado Federal ou Senador, sem demonstrar qualquer compromisso em atender as demandas sociais existentes, ou apresentar propostas de crescimento econômico e geração de emprego e renda, uma das principais necessidades do recém criado estado de Roraima (SANTOS, 2019, p. 1520).

Segundo dados do IBGE (1991), Roraima contabilizava 217.583 habitantes, com

porcentagem baixa dos níveis de escolaridade da população, e com níveis de desigualdade de renda elevados. Os governantes se apresentavam com grande autocracia diante de uma população com precário acesso a formação política e dependente de ações por parte de governantes.

Santos (2019) ressalta que, por um longo período, dois nomes marcaram as disputas de poder eleitoral em Roraima: Ottomar de Souza Pinto e Romero Jucá. Ambos representavam uma política clientelista e personalista, apropriavam-se do fundo público para promover suas campanhas baseadas principalmente na troca de favores a fim de angariar votos. Esse cenário dificultou a participação eleitoral de partidos locais, visto que a prática de nepotismo era fortemente ativa, fazendo com que apenas amigos ou familiares desses líderes conseguissem vagas elevadas na política do estado.

Santos (2019, p. 1524) evidencia que Roraima se apresentava “carente de ações mais voltadas para o fortalecimento do exercício pleno da cidadania, no que se refere à ampliação e efetivação dos direitos sociais”. Esse modo clientelista, paternalista e populista operava uma sociedade pouco informada, que não sabia e nem exigia ações governamentais efetivas.

A sociedade era dirigida de maneira irresponsável sem consolidação de direitos. Esse processo se perpetuou por muito tempo, principalmente pela falta de autonomia da maior parte da população de Roraima, que se comportou favorável à intervenções não democráticas. Santos (2019) sugere que não houve espaço para o surgimento de uma classe trabalhadora organizada e politizada. Ele escreve que:

Talvez pelo desempenho fraco de sua economia e pelos fatores de estruturação política dominante, Roraima, na década de 1990, não assistiu ao surgimento de uma classe de trabalhadores urbanos mais politizados, nem tampouco aos movimentos de trabalhadores rurais que pudesse apresentar, na clivagem política regional, uma pauta própria de reivindicação de interesses (...) (SANTOS, 2019, p. 1528).

Portanto, fica claro que, a constituição do estado de Roraima foi marcada por diversas fases que caracterizam a história da sociedade roraimense até os dias atuais. Os processos sócio-históricos que foram citados até aqui nos possibilitam observar o cenário que compõe as expressões da questão social em nível estadual e como o estado se organizou para responder às demandas sociais conforme seus próprios interesses.

Conforme Costa (2018) a consolidação dos grupos políticos que dominaram a cena eleitoral a partir da constituição do estado de Roraima, nos anos 1990, se deu articulada a “uma concepção conservadora e o uso histórico da assistência social, como assistencialismo, clientelismo, e benemerência eleitoral” que “continuam no auge da cena política no município de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Boa Vista e no estado de Roraima” (COSTA, 2018, p. 6). Desses apontamentos, portanto, podemos extrair elementos que demandaram a intervenção e a formação profissional em Serviço Social no estado de Roraima, debate que realizaremos a seguir.

A CRIAÇÃO DOS CURSOS DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL NO ESTADO DE RORAIMA

Ao constataremos as diversas expressões da questão social em Roraima, como as questões indígena, agrária e migratória e a violência urbana, e percebermos o interesse político em atuar de forma assistencialista e paternalista no enfrentamento dessas e outras expressões da questão social, evidenciamos um conjunto de fatores e interesses que incidiram nos processos de criação dos cursos de Serviço Social para a formação profissional de assistentes sociais no estado.

O primeiro curso de formação profissional em Serviço Social criado em Roraima, foi o da Universidade Estadual de Roraima – UERR, em 2006; conforme o projeto pedagógico da época, as demandas para implementar as políticas de assistência e saúde influenciaram diretamente na materialização do referido processo de formação de Assistentes Sociais. A criação do Curso de Serviço Social da UERR se justificou porque tornou-se

necessidade social, na medida em que, se verifica a diversificação da demanda do Assistente Social para além dos campos tradicionais. Observam-se demandas na área de pesquisas, consultorias, assessorias, treinamentos em equipes interdisciplinares e para atuação em organismos não-governamentais. Mas é principalmente em função da descentralização das Políticas Públicas da Saúde e da Assistência Social que a necessidade desse profissional se faz urgente (UERR, 2006, p. 2).

Ao ser criado em 2006⁵, concomitante à criação de uma universidade pública estadual, o Curso de Bacharelado em Serviço Social da UERR protagoniza a formação profissional em Serviço Social na modalidade pública e presencial até a atualidade. A UERR surgiu no ano de 2005 pela Lei Complementar nº 91, de 10 de novembro de 2005; é uma instituição pública, “dotada de personalidade jurídica de direito privado, de natureza e estrutura multicampi, com autonomia administrativa, financeira e didático-científica” (UERR, 2018, p. 10). A criação desta instituição tem sua raiz histórica marcada

pela trajetória da formação de professores no estado, registrada em um processo que compreende o papel de diferentes instituições: A Escola de Formação de Professores de

⁵ O Curso de Bacharelado em Serviço Social da UERR foi criado através da Resolução nº 026 de 26 de maio de 2006, publicada no DOE nº 343 de 29 de maio de 2006.

Roraima, criada pelo Decreto nº 11, de 24 de março de 1977, com a finalidade de formar professores para o ensino primário; e o Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM), com o objetivo de habilitar docentes para as séries iniciais do Ensino Fundamental e promover a formação continuada dos professores, com a oferta de cursos de curta duração. (UERR, 2018, p. 10).

Inicialmente, o funcionamento do curso se deu no município de Mucajaí, obedecendo a proposta da UERR de interiorizar a formação profissional em nível superior. Entretanto, a falta de estrutura adequada e as demandas para a realização do estágio supervisionado justificaram a migração das novas turmas para o Campus da UERR na capital Boa Vista – RR, onde é vigente até hoje.

De acordo com o atual Projeto Político Pedagógico (2018), o processo de formação profissional em Serviço Social da UERR passa pelo compromisso em formar profissionais com fundamentação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, de modo que os profissionais formados se insiram no mercado de trabalho, desenvolvendo programas e projetos de enfrentamento às expressões da questão social (UERR, 2018, p. 7). Atualmente, a duração desse curso é de 4 anos (8 semestres), com carga-horária total de 3.030 horas, e com oferta anual de 35 vagas no vestibular. Vale ressaltar, ainda, que desde 2006 a UERR permanece como a única IES pública que oferta o curso de Bacharelado em Serviço Social na modalidade presencial, fomentando o acesso à educação pública e gratuita (UERR, 2018, p. 7).

A criação do segundo curso de Bacharelado em Serviço Social ofertado na modalidade presencial em Roraima se estabeleceu em 2009 numa instituição da rede de educação privada, a Faculdade Estácio Atual (Estácio), denominada atualmente Centro Universitário Estácio da Amazônia⁶. No projeto pedagógico do curso (PPC), a criação e oferta de vagas se justificou “em função da necessidade de profissionais qualificados para trabalhar as vulnerabilidades sociais presentes na sociedade capitalista contemporânea local e regional, caracterizada por diversas particularidades.” (ESTÁCIO, 2017, p. 29)

Além disso, destacou-se o “fato de no estado existir apenas duas unidades formativas, sendo uma pública e outra modalidade EaD e a necessidade de profissionais nesta área”. A avaliação descrita no projeto pedagógico, ao enfatizar a necessidade de um curso de Serviço Social na instituição destaca que “há um amplo campo de atuação profissional e uma demanda reprimida para atuar nas áreas de pesquisas, consultórios, assessorias, treinamentos em equipes

⁶ A instituição Estácio Atual foi fundada em 2001 e credenciada segundo a Portaria MEC nº 583, de 28 de março de 2001, após a mudança para Centro Universitário Estácio da Amazônia em 2015, passou a ser credenciada pela portaria no 668, de 1º de julho de 2015. (ESTÁCIO, 2017, p. 13).

interdisciplinares e organizações governamentais e não-governamentais” (ESTÁCIO, 2017, p. 29).

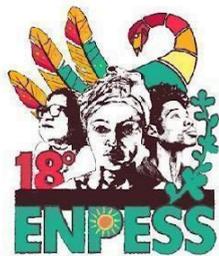
Notamos ainda que a justificativa de atender as demandas da Política de Assistência Social é reiterada como elemento que motivou a criação do curso na instituição. Conforme o projeto pedagógico do Curso, havia a “necessidade de trabalhar as políticas públicas, em especial a Política do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), (...) necessitando de um profissional qualificado para trabalhar essa nova lógica da Assistência Social” (ESTÁCIO, 2017, p. 30). Desde modo, o Curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Estácio da Amazônia foi organizado em oito períodos, totalizando 04 (quatro) anos de duração, com carga horária de total de 3.124 horas. Cabe apontar, contudo, que atualmente essa instituição deixou de ofertar o curso de Bacharelado em Serviço Social de forma presencial em Roraima.

Conforme exposto, a criação dos primeiros cursos de Serviço Social no estado de Roraima na modalidade presencial se pautou nas demandas profissionais que se evidenciam com a implementação das políticas de assistência social e saúde. Depois, nota-se que o primeiro grande concurso do estado (quando deixou de ser Território Federal) com vagas para assistentes sociais ocorreu em 2004 para a área da saúde. Desde então, vários outros concursos federais e estaduais foram realizados, e muitos com a inclusão de assistentes sociais nas demandas. Destaca-se que a criação do primeiro curso de serviço social na UERR assume a necessidade de formação profissional no estado, pois até a formatura da primeira turma em 2010, todos os profissionais eram oriundos de outros estados, da região norte e nordeste.

Cabe ressaltar ainda, que a criação desses dois primeiros cursos de Serviço Social na modalidade presencial no estado de Roraima se efetivou no contexto de consolidação da formação e do trabalho profissional em Serviço Social no Brasil. Nos anos 2000 o Serviço Social brasileiro já havia sido regulamentado, através da Lei nº 8.662 de 07 de junho de 1993 e dispunha de instrumentos normativos ético-político, técnico-operativo e teórico-metodológico. Entre os quais o Código de Ética Profissional de 1993, as Diretrizes Curriculares para os cursos de serviço social da ABEPSS (1996) e as Diretrizes Curriculares aprovadas pelo MEC através da Resolução CNE/CES 15, DE 13 de março de 2002.

Portanto, o processo de criação dos primeiros cursos de Serviço Social do estado de Roraima possuía as orientações normativas e políticas da categoria que deveriam balizar a construção das propostas profissionais nos projetos pedagógicos dos cursos. Foram a partir desses instrumentos que os cursos de serviço social se constituíram no estado.

Recentemente, conforme dados do MEC (2024), a oferta de cursos de Serviço Social no



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

estado de Roraima se estende a 20 (vinte) IES, em sua maioria aquelas de ensino privado, nas modalidades à distância. Dentre essas IES, apenas uma oferta o curso de Bacharelado em Serviço Social na modalidade presencial. A partir disso chegamos à indicação que o ensino privado e à distância assume hegemonia no tocante à oferta do tipo de modalidade da formação profissional em Serviço Social no estado de Roraima, conforme demonstramos no **Quadro 1**.

Quadro 1 - Cursos de Bacharelado em Serviço Social Ofertados no Estado de Roraima Conforme o Ministério da Educação – 2024

Nome da IES	Natureza	Data de início de funcionamento	Modalidade	Vagas ofertadas
Universidade Estadual de Roraima - UERR	Pública	01/08/2006	Ensino Presencial	68 vagas
Universidade Pitágoras - UNOPAR	Privada	12/02/2007	Ensino à Distância	7000 vagas
Universidade Paulista - UNIP	Privada	18/02/2008	Ensino à Distância	47880 vagas
Universidade Salvador	Privada	03/02/2010	Ensino à Distância	1100 vagas
Centro Universitário Da Grande Dourados - UNIGRAN	Privada	01/08/2008	Ensino à Distância	3000 vagas
Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL	Privada	07/04/2014	Ensino à Distância	200 vagas
Universidade de Franca - UNIFRAN	Privada	03/02/2014	Ensino à Distância	550 vagas
Centro Universitário Estácio De Ribeirão Preto	Privada	20/07/2011	Ensino à Distância	5000 vagas
Universidade Cesumar - UNICESUMAR	Privada	03/02/2014	Ensino à Distância	10000 vagas
Centro Universitário Fael - UNIFAEAL	Privada	01/03/2019	Ensino à Distância	6000 vagas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

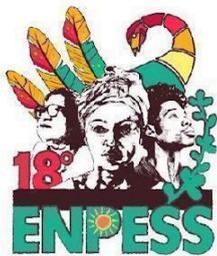
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Faculdade Multivix Serra	Privada	19/02/2018	Ensino à Distância	1200 vagas
Centro Universitário Internacional - UNINTER	Privada	01/08/2015	Ensino à Distância	3000 vagas
Centro Universitário Planalto Do Distrito Federal - UNIPLAN	Privada	03/08/2015	Ensino à Distância	5700 vagas
Centro Universitário Facvest - UNIFACVEST	Privada	02/08/2017	Ensino à Distância	300 vagas
Centro Universitário Faveni - UNIFAVENI	Privada	15/82018	Ensino à Distância	400 vagas
Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI	Privada	02/05/2008	Ensino à Distância	7680 vagas
Centro Universitário UNIDOM-BOSC O	Privada	02/03/2020	Ensino à Distância	700 vagas
Faculdade Dom Alberto	Privada	15/09/2019	Ensino à Distância	300 vagas
Faculdade Ynyleya	Privada	25/02/2022	Ensino à Distância	400 vagas
Universidade Estácio de Sá	Privada	22/07/2010	Ensino à Distância	2127 vagas

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados do e-MEC (2024).

O **Quadro 01** demonstra o quantitativo de IES na modalidade EAD existentes em Roraima. Constatamos que houve um crescimento de cursos privados e à distância no estado a partir do chamado boom da educação à distância que surgiu em nível nacional nos cursos de graduação. Principalmente a partir de 2007, Roraima presenciou um crescente número de IES que chegaram ao estado com a proposta de formação em tempo recorde, de forma flexibilizada, e com um quantitativo de vagas exorbitantes.

Conforme a publicação de 2015 do CFESS, intitulada “*Sobre a incompatibilidade entre*



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

graduação à distância e serviço social”, no ano de 1993 o MEC junto com o Ministério das comunicações implementou o Consórcio Interuniversitário de Educação Continuada e à Distância *Brasilead*, essa proposta vinha com o objetivo de disseminar a modalidade de ensino à distância no país. Com o avanço do uso da internet, uma política voltada para a educação superior à distância tomou forma. O CFESS (2015) explicita que o marco principal dessa modalidade na educação se encontra na LDB, que através dos decretos 2494/98 e 2561/98 incentivou o surgimento desses programas voltados à educação EAD.

O primeiro decreto caracteriza o ensino à distância como uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem pela mediação de materiais didáticos organizados e veiculados em vários meios de comunicação. O segundo decreto trata do credenciamento dos cursos à distância, e foi complementado por outras portarias e documentos do MEC (CFESS, 2015, p. 8)

Segundo o CFESS (2015), o crescimento do ensino à distância se iniciou em 2001, através da portaria nº 2253 do MEC, onde foi permitido o cumprimento de 20% da carga horária obrigatória dos cursos presenciais por meio de EAD, além disso, outro fator determinante para a expansão dessa modalidade de ensino foi a criação dos consórcios entre as universidades, evidenciando a Fundação Centro de Ciências e Educação à Distância do Rio de Janeiro (CEDERJ) que reuniu universidades do estado afim de ofertar cursos de licenciatura à distância (CFESS, 2015, p. 9). Desde então, o número de cursos de Serviço Social na modalidade EAD em todo território nacional é cada vez mais expressivo.

A defesa da formação sempre foi pauta do Serviço Social brasileiro, o crescimento deliberado de graduações nos moldes do ensino à distância, com foco no lucro e sem preocupação com a qualidade do ensino crítico, representou forte preocupação para a categoria profissional. Esse modelo de formação vem sendo acompanhado pelas entidades de Serviço Social visto que, para o CFESS (2015), “a questão a ser problematizada é a “produção” de profissionais em massa e com conteúdos banalizados; é a qualidade do ensino que está sendo oferecido, que não assegura o perfil das Diretrizes Curriculares; é a educação bancária e mercantilizada que não garante o serviço social de qualidade de que o Brasil precisa” (CFESS, 2015, p. 14).

Em suma, todas essas IES que chegaram em Roraima a partir desse crescimento do ensino privado e EAD, visualizaram uma demanda latente: a necessidade de vagas de graduação não só de Serviço Social, mas dos muitos outros cursos de nível superior. O CFESS (2015) demarca inclusive, que “no Brasil, a falta de vagas suficientes no ensino público presencial leva estudantes jovens de 18 a 24 anos, com perfil para o ensino presencial, a ingressarem em cursos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

à distância” (CFESS, 2015, p. 9).

Desde 2006 até os dias atuais, notamos o crescimento da oferta de vagas para a graduação em Serviço Social no estado de Roraima. Um expressivo número de bacharéis em Serviço Social se graduou sobretudo em instituições privadas de ensino à distância.

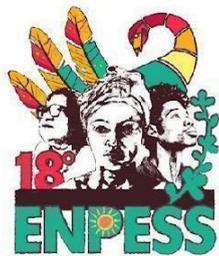
No período de implantação do primeiro curso de Serviço Social em 2006, o Conselho Regional de Serviço Social - Seccional AM/RR⁷ tinha em seu registro aproximadamente 124 profissionais credenciados (UERR, 2018). Atualmente, o quantitativo geral de Assistentes Sociais credenciados no CRESS 27^a Região RR é de 1.501 (mil, quinhentos e um). Diante disso, essa breve sistematização nos evidencia a chegada da formação profissional em Serviço Social no estado de Roraima, bem como as circunstâncias, demandas e particularidades que expressam a necessidade da capacidade técnica em Serviço Social no estado.

É importante ressaltar, por fim, que o Serviço Social em Roraima passa por uma construção sócio-histórica própria, com muitos desafios em âmbito social, político e cultural, com fortes reflexos na formação e no exercício profissional; isso demanda a necessidade de avanço em pesquisa e a construção de documentos e materiais que explorem os campos profissionais e as expressões da questão social existentes no estado, o que buscamos contribuir com o referido estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho resultou da proposta de compreender a formação sócio-histórica de Roraima e as demandas que levaram ao surgimento da formação profissional em serviço social no estado. Essa breve caracterização do contexto sócio-histórico existente no estado de Roraima nos sinalizou que a justificativa para a criação dos primeiros cursos de Serviço Social na região se constrói com demandas para a implementação das políticas de saúde e assistência, que passam a requisitar um perfil profissional de nível superior, com pouca disponibilidade no estado. Através da contextualização sócio-histórica e as demandas que evidenciaram a urgência da profissão no estado, foi possível conhecer mais a fundo como se desenvolve o processo formativo na

⁷ Até meados de 2018 o estado de Roraima possuía uma Seccional do CRESS 15^a Região (Amazonas/Roraima). A partir de junho de 2018 a capital Boa Vista (RR) passa a sediar o mais novo Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), a 27^a Região – Roraima. Deixando a figura de uma seccional o CRESS 27^a Região se instaura efetivamente com após as primeiras eleições extraordinárias para escolha da diretoria provisória, realizada entre nos dias 7, 8 e 9 de novembro de 2018, que elegeu conselheiros/as para mandato até maio de 2020 (CFESS, 2018).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

localidade, levando em conta suas particularidades

Foi apontado na pesquisa, que no estado de Roraima o curso de Serviço Social é ofertado em modalidade presencial em apenas uma IES, pública, e que as demais ofertas do curso são de Instituições de educação à distância, evidenciando a predominância de cursos de Serviço Social nessa modalidade de ensino no estado. No que se refere a formação profissional, observou-se que a emergência do primeiro curso de Bacharelado em Serviço Social se efetiva em 2006, há exatos 17 anos, no contexto de criação de uma universidade pública estadual.

Para finalizar, destacamos que a formação profissional em Serviço Social no estado de Roraima vive sua fase “juvenil”. Ou seja, é preciso reconhecer que ainda existem muitas lacunas em relação ao conhecimento científico sobre a história do serviço social no estado. Essas lacunas foram evidenciadas ao longo do processo de construção desse trabalho. Por isso, reafirmamos a importância de continuarmos os estudos e pesquisas sobre a formação e o trabalho profissional em Serviço Social no estado de Roraima, na perspectiva de refletir sobre os seus processos históricos, avanços e desafios para contribuir com a direção ético-político do Serviço Social brasileiro, conforme orienta as Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

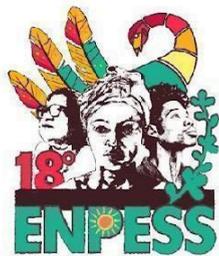
REFEFÊNCIAS

BARBOSA, R. I. 1993. Ocupação Humana em Roraima. II. Uma revisão do equívoco da recente política de desenvolvimento e o crescimento desordenado. **Bol. Mus. Par. Emílio Goeldi**, 9(2): 177-197.

BIASETTO, Daniel. Garimpo ignora pandemia e avança 30% na Terra Indígena Yanomami em 2020. **Instituto Socioambiental**, Rio de Janeiro, 25 de mar de 2021. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/garimpo-ignora-pandemia-e-avanca-30-na-terra-indigena-yanomami-em-2020> Acesso em: 19 Ago 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf Acesso em: 23 Jul 2024.

CFESS. Sobre a Incompatibilidade entre Ensino à Distância e Serviço Social. **Cartilha**. Brasília – DF, 2015. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/incompatibilidadevolume1_2015-Site.pdf Acesso em: 22 Jul 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

COSTA, Carlos. **O caminho não percorrido: A Trajetória dos Assistentes Sociais Masculinos em Manaus**. Manaus – AM, 1995.

COSTA, L. C. S. Precarização e Flexibilização: O trabalho ao Assistente Social na região Amazônica. In: **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Vitória – ES, 2018.

ESTÁCIO, Centro Universitário. **Projeto pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social**. Boa Vista- RR. 2017, 193p.

SANTOS, Roberto Ramos. Anos 1990: líderes, partidos e clientelismo no contexto político de Roraima. **OLHARES AMAZÔNICOS**. v. 7, p. 1516-1534, 2019.

SANTOS, N. P. D. **Políticas públicas, economia e poder: o Estado de Roraima entre 1970 e 2000**. Belém: UFPA, 2004. p. 122-170.

RAQUEL, Martha. Entenda como acontece o garimpo ilegal em terras indígenas na região Norte do Brasil. **Brasil de Fato**, São Paulo, 08 de abr de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/08/entenda-como-acontece-o-garimpo-ilegal-em-terras-indigenas-na-regiao-norte-do-brasil> Acesso em: 19 Ago 2024.

SILVA, Laurinete Rodrigues da. **Questão Agrária e pobreza nos assentamentos de reforma agrária em Roraima: resistência e (Re)criação da identidade camponesa**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza – CE, 2019.

UERR. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social**. Boa Vista- RR. 2006, 34p.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social**. Boa Vista- RR. 2018, 126p.